

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO G02	PROVA X	ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
-----------------------------	--------------------------	---



DATA: 29/11/2009
DOMINGO - TARDE

Gestor Ambiental
Gestão, Proteção e Controle Ambiental

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“A vitória cabe ao que mais persevera.”
Napoleão Bonaparte

A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 60 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 4 horas incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando 60 minutos para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso Público.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funccab.org, no dia 01/12/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

Realização:



BOA PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Amazônia para sempre

CARTA ABERTA DE ARTISTAS BRASILEIROS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA

Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos: 17 mil quilômetros quadrados. É quase a metade da Holanda. Da área total já desmatamos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e três Estados de São Paulo. Não há motivo para comemorações. A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas presta serviços ambientais importantíssimos ao Brasil e ao Planeta. Essa vastidão verde que se estende por mais de cinco milhões de quilômetros quadrados é um lençol térmico engendrado pela natureza para que os raios solares não atinjam o solo, propiciando a vida da mais exuberante floresta da terra e auxiliando na regulação da temperatura do Planeta.

Depois de tombada na sua pujança, estuprada por madeireiros sem escrúpulos, ateam fogo às suas vestes de esmeralda abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias. Apesar do extraordinário esforço de implantarmos unidades de conservação como alternativas de desenvolvimento sustentável, a devastação continua. Mesmo depois do sangue de Chico Mendes ter selado o pacto de harmonia homem/natureza, entre seringueiros e indígenas, mesmo depois da aliança dos povos da floresta “pelo direito de manter nossas florestas em pé porque delas dependemos para viver”, mesmo depois de inúmeras sagas cheias de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.

Como no passado, enxergamos a Floresta como um obstáculo ao progresso, como área a ser vencida e conquistada. Um imenso estoque de terras a se tornarem pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos ou então uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável. O desmatamento e o incêndio são o símbolo da nossa incapacidade de compreender a delicadeza e a instabilidade do ecossistema amazônico e como tratá-lo.

Um país que tem 165 000 km² de área desflorestada, abandonada ou semiabandonada, pode dobrar a sua produção de grãos sem a necessidade de derrubar uma única árvore. É urgente que nos tornemos responsáveis pelo gerenciamento do que resta dos nossos valiosos recursos naturais.

Portanto, a nosso ver, como único procedimento cabível para desacelerar os efeitos quase irreversíveis da devastação, segundo o que determina o § 4º, do Artigo 225 da Constituição Federal, onde se lê:

“A Floresta Amazônica é patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que **asseguem a preservação do meio ambiente**, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.”

Assim, deve-se implementar em níveis Federal, Estadual e Municipal A INTERRUPÇÃO IMEDIATA DO DESMATAMENTO DA FLORESTA AMAZÔNICA. JÁ!

É hora de enxergarmos nossas árvores como monumentos de nossa cultura e história.

SOMOS UM POVO DA FLORESTA!

*Texto: Juca de Oliveira / Idealização e projeto:
Christiane Torloni e Victor Fasano.*

Disponível em: www.amazoniaparasempre.com.br

1. Assinale a opção que apresenta respectivamente os sinônimos das palavras grifadas nos trechos abaixo.

“...é um lençol térmico engendrado pela natureza para que os raios solares não atinjam o solo...”

“Depois de tombada na sua pujança...”

“...mesmo depois de inúmeras sagas cheias de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.”

- A) oculto - força - conflitos por terras.
- B) dissimulado - riqueza - sagacidades.
- C) manipulado - glória - epopeias.
- D) gerado - copa - histórias comoventes.
- E) produzido - robustez - narrativa rica de incidentes.

2. Nesse manifesto, qual o objetivo dos autores?

- A) Alertar as autoridades para o que vem acontecendo na Amazônia e oferecer a imagem de artistas globais em propagandas contra o desmatamento.
- B) Exigir das autoridades brasileiras medidas que favoreçam o desmatamento e contribuam para o extermínio dos devastadores.
- C) Fomentar a revolução dos brasileiros e divulgar o Artigo 225 da Constituição Federal, que vem sendo ignorado pelas autoridades brasileiras.
- D) Protestar contra a devastação da Amazônia e reivindicar a preservação da floresta, que representa um patrimônio nacional.
- E) Desacelerar o processo de devastação ambiental e punir os responsáveis pela derrubada de árvores e queimadas na região da Amazônia.

3. “Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos: 17 mil quilômetros quadrados. É quase a metade da Holanda. Da área total já desmatamos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e três Estados de São Paulo.” Neste trecho, ao lado das dimensões da área desmatada, o autor acrescenta uma informação sobre a correspondência desta área com a área de alguns países e um estado brasileiro. Qual o objetivo desse recurso?

- A) Esclarecer as dimensões dos países identificados.
- B) Conferir credibilidade à informação.
- C) Valorizar as dimensões da área desmatada.
- D) Minimizar a importância da informação.
- E) Argumentar com os manifestantes.

4. No parágrafo de introdução, o uso da palavra grifada no trecho: “Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos...” provoca, no leitor, uma sensação de:

- A) revolta.
- B) estranhamento.
- C) enfado.
- D) conscientização.
- E) euforia.

5. Em: “...ateiam fogo às suas vestes de esmeralda abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.”, encontramos duas figuras de linguagem, respectivamente:

- A) metáfora e prosopopeia.
- B) metonímia e anáfora.
- C) hipérbole e metonímia.
- D) eufemismo e anáfora.
- E) ironia e catacrese.

6. Assinale a opção em que a norma culta da língua exige que o pronome entre parênteses seja colocado em posição mesoclítica, como em “...e sua utilização far-se-á, na forma da lei...”

- A) Diria que a situação vai mudar. (se)
- B) Em tratando de devastação ambiental, ocupamos lugar de destaque. (se)
- C) Perdia de vista a floresta. (se)
- D) Solicitaram os documentos necessários para a entrada no país. (me)
- E) Muitos julgavam o líder do grupo. (o)

7. Na conclusão, a pontuação (ponto de exclamação) confere ao texto:

- A) coerência.
- B) subjetividade.
- C) coesão.
- D) sentido.
- E) objetividade.

8. Assinale a opção em que a oração reduzida, grifada no trecho abaixo, foi corretamente desenvolvida.

“...abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.”

- A) ...segundo semeiem capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- B) ...para que semeiem capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- C) ...mesmo que semeiem capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- D) ...quando semeiam capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- E) ...que semeiam capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.

9. As palavras grifadas no trecho abaixo pertencem, respectivamente, às seguintes classes gramaticais:

“Um imenso estoque de terras a se tornarem pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos ou então uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável.”

- A) adjetivo - artigo - preposição - adjetivo.
- B) substantivo - artigo - preposição - advérbio.
- C) adjetivo - artigo - conjunção - substantivo.
- D) adjetivo - pronome - conjunção - substantivo.
- E) substantivo - preposição - conjunção - adjetivo.

10. Os gêneros *manifesto* e *carta aberta* são muito próximos, pois ambos são utilizados para a manifestação pública de opiniões ou reivindicações. Já o documento que registra as ocorrências de uma reunião, assembleia ou evento, tanto de entidade pública como privada denomina-se:

- A) requerimento.
- B) carta comercial.
- C) ata.
- D) memorando.
- E) ofício.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Qual das alternativas a seguir contém a sigla de uma tecnologia de transmissão digital de dados que permite conectar um computador à Internet?

- A) IDE.
- B) ADSL.
- C) IEEE.
- D) SATA.
- E) RAM.

12. Qual é a ordem de grandeza da capacidade de armazenamento, em megabytes (MB), de um CD-ROM de tamanho padrão (12 cm de diâmetro)?

- A) 10^6 MB.
- B) 10^5 MB.
- C) 10^4 MB.
- D) 10^3 MB.
- E) 10^2 MB.

13. Marque a alternativa que contém um protocolo usado na Internet para o envio de e-mails.

- A) FTP.
- B) SMTP.
- C) HTTP.
- D) EP.
- E) EMP.

14. Marque a alternativa que NÃO corresponde a uma distribuição do Linux.

- A) Leopard.
- B) Red Hat.
- C) Slackware.
- D) Fedora.
- E) Ubuntu.

15. A figura a seguir apresenta a caixa de diálogo **Opções**, pertencente ao menu **Ferramentas** do Mozilla Firefox.



A partir de qual opção desta caixa de diálogo é possível bloquear ou desbloquear janelas *popups*?

- A) Principal.
- B) Conteúdo.
- C) Privacidade.
- D) Segurança.
- E) Avançado.

16. Sejam as seguintes assertivas sobre os tipos de licença GNU, publicados pela FSF (*Free Software Foundation*):

- I. O propósito da licença FDL é permitir que manuais, livros e outros tipos de documentos sejam usados livremente, assegurando a qualquer um a efetiva liberdade de copiar e redistribuir conteúdo sob este tipo de licença.
- II. A LGPL é usada principalmente para as bibliotecas de software.
- III. O OpenOffice é distribuído sob a licença LGPL.

Marque a alternativa correta em relação às assertivas acima.

- A) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- D) As assertivas I, II e III são falsas.
- E) As assertivas I, II e III são verdadeiras.

17. Qual comando Linux permite, a partir da linha de comando, exibir os nomes dos arquivos existentes em um diretório?

- A) If
- B) dir
- C) ls
- D) fl
- E) df

18. Sejam as seguintes assertivas sobre o sistema operacional Linux:

- I. O GNOME é um projeto internacional que provê um software de gerenciamento de desktop presente em várias distribuições do Linux.
- II. O comando **rm** é usado para alterar o nome de um arquivo.
- III. O comando **cp** é usado para copiar um arquivo.

Marque a alternativa correta em relação às assertivas acima.

- A) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- D) As assertivas I, II e III são falsas.
- E) As assertivas I, II e III são verdadeiras.

19. O ícone a seguir pertence à barra de formatação do BrOffice 3.1:



Sua função é abrir o diálogo:

- A) de formatação de página.
- B) de formatação de figura.
- C) de formatação de fórmulas matemáticas.
- D) de estilos e formatação.
- E) de formatação de hyperlink.

20. A figura a seguir exibe as principais opções de menu do BrOffice Calc 3.1:



Em qual delas encontra-se a função **Proteger documento**?

- A) Editar.
- B) Inserir.
- C) Formatar.
- D) Ferramentas.
- E) Dados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

21. A Constituição Federal de 1988 trouxe relevante melhoria em relação às questões ambientais, principalmente em seu Artigo 225, assim descrito: *Art. 225. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas."* Marque a alternativa correta em relação ao desenvolvimento sustentável.

- A) A fragmentação de corredores ecológicos contribui para a busca incessante do desenvolvimento sustentável.
- B) O processo de eutrofização que atualmente vem ocorrendo em boa parte dos rios brasileiros contribui para a efetividade do direito expresso neste fragmento da Constituição Federal de 1988.
- C) A participação efetiva das comunidades autóctones no manejo sustentável dos recursos naturais renováveis é imprescindível para a proteção dos ecossistemas.
- D) O manejo sustentável de ecossistemas naturais possui como característica básica o preservacionismo em detrimento ao conservacionismo.
- E) O referido artigo da Constituição Federal de 1988 representou um incipiente avanço no que tange à legislação ambiental brasileira no final da década de 80 relacionada ao setor agrícola.

<p>22. Um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, é:</p> <p>A) estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental. B) subsidiar poluidores e predadores para que estes possam recuperar os danos causados ao meio ambiente. C) manter em sigilo as novas tecnologias de manejo do meio ambiente. D) a concessão de selo verde para empreendimentos sustentáveis. E) desenvolver pesquisas e tecnologias internacionais voltadas para a conservação dos recursos naturais renováveis dos biomas brasileiros.</p>	<p>26. Marque a alternativa que representa um empreendimento considerado como de utilidade pública.</p> <p>A) O manejo sustentável de recursos naturais renováveis. B) Prevenção, combate e controle do fogo nos ecossistemas naturais. C) A regularização fundiária em áreas urbanas. D) A implantação de obras de infraestrutura de saneamento, de transportes e de energia. E) As atividades de pesquisa e extração de minerais tais como a areia, a argila e o cascalho, previamente outorgadas pela autoridade competente.</p>
<p>23. Marque a alternativa que representa um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, segundo a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</p> <p>A) A diminuição de impostos para incentivar a compra de veículos movidos a álcool. B) A criação de linhas de crédito voltadas para a implementação de projetos a serem executados por organizações não governamentais relacionadas com a proteção do meio ambiente. C) A avaliação de impactos ambientais. D) A criação de unidades de conservação em áreas degradadas. E) O incentivo à deposição de resíduos sólidos em aterros controlados.</p>	<p>27. Marque a alternativa que representa um instrumento da Política Nacional dos Recursos Hídricos.</p> <p>A) Modelagem ambiental. B) Análise das alternativas de uso e ocupação do solo. C) O zoneamento ambiental. D) O incentivo à criação de organizações não governamentais ligadas à proteção dos recursos hídricos. E) Os Planos de Recursos Hídricos.</p>
<p>24. Marque a alternativa que representa uma das competências do Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, conforme a Lei Estadual nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987.</p> <p>A) O impedimento da regeneração natural de ecossistemas degradados pelas atividades e empreendimentos humanos. B) O subsídio às organizações não governamentais para a gestão ambiental de unidades de conservação, objetivando a terceirização dos serviços públicos relacionados com a manutenção de áreas protegidas. C) A criação de unidades descentralizadas de gestão ambiental em todas as cidades do estado do Ceará. D) A privatização dos serviços de concessão de licenças ambientais. E) O estabelecimento de critérios e padrões relativos à qualidade do Meio Ambiente.</p>	<p>28. Um dos objetivos do enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes, conforme a Política Nacional dos Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, é:</p> <p>A) diminuir os custos de combate e controle da poluição das águas, por meio de ações preventivas permanentes. B) aumentar o valor a ser cobrado pelo consumo de água considerado exagerado. C) coibir sistematicamente a pesca ilegal. D) incentivar o manejo sustentável de espécies da ictiofauna. E) priorizar a construção de reservatórios artificiais de água para o abastecimento público.</p>
<p>25. Marque a alternativa correta em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.</p> <p>A) Conservação <i>in situ</i> pode significar a manutenção de germoplasma de espécies vegetais armazenados em viveiros ou câmaras frias. B) Uso indireto pode ser conceituado como aquele que envolve a exploração dos recursos naturais, por meio da coleta, destruição ou dano, com fins comerciais ou de subsistência. C) Um dos objetivos da preservação ambiental é prevenir a simplificação de sistemas naturais. D) Conservação pode ter como sinônimo a intocabilidade. E) Nas reservas biológicas pode ocorrer o extrativismo de recursos naturais renováveis com fins comerciais.</p>	<p>29. Marque a alternativa que representa uma área de preservação permanente, conforme o Código Florestal, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.</p> <p>A) Faixa de 30 (trinta) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura. B) As vegetações localizadas na zona de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral. C) As porções de Cerrado localizadas no Planalto Central. D) Áreas em taludes com declividade superior a 35°. E) Florestas e demais formas de vegetação que possam atenuar a erosão das terras e fixar dunas.</p>
	<p>30. Constitui um dos princípios básicos da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.</p> <p>A) O enfoque reducionista. B) A concepção do meio ambiente em sua especificidade. C) A criação de lacunas ou descontinuidade no processo educativo. D) O incentivo à prática de atividades esportivas. E) A abordagem integrada dos aspectos ambientais em nível regional, nacional e global.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Conforme o Artigo 1º da Resolução CONAMA nº 01/86, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- A) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.
- B) as ilhas fluviais e lacustres; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
- C) a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais; o mar territorial, as ilhas fluviais e lacustres; as praias marítimas e todas as ilhas oceânicas e as costeiras.
- D) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, o mar territorial, as ilhas fluviais e lacustres; as praias marítimas e todas as ilhas oceânicas e as costeiras.
- E) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; os recursos minerais, inclusive os do pré-sal; o subsolo; as cavidades naturais subterrâneas; os sítios arqueológicos e pré-históricos; as terras ocupadas pelos índios.

32. Conforme o Artigo 3º da Resolução CONAMA nº 01/86, dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental – EIA e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação do IBAMA:

- A) as áreas de proteção ambiental; as áreas de relevante interesse ecológico; as reservas extrativistas; as reservas particulares do patrimônio natural.
- B) o licenciamento de atividades que, por lei, seja de competência federal.
- C) as áreas de proteção ambiental; áreas de relevante interesse ecológico; reservas extrativistas; as estações ecológicas; reservas biológicas; os parques nacionais.
- D) todas as atividades potencialmente poluidoras.
- E) as atividades potencialmente poluidoras que sejam de competência federal, estadual ou municipal que se instalem em terras devolutas da União.

33. De acordo com o Artigo 2º da Resolução CONAMA nº 01/86, Inciso XI, dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA – a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de:

- A) 20 MW, desde que possuam uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas.
- B) 5 MW, desde que possuam uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas.
- C) 10 MW.
- D) 100 MW.
- E) 2 MW.

34. De acordo com o Artigo 5º da Resolução CONAMA nº 01/86, o estudo de impacto ambiental (EIA), além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

- A) contemplar as principais alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; identificar e avaliar preferencialmente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação da atividade; considerar os planos e projetos governamentais e privados, propostos e em implantação na área de influência do projeto analisado, e sua compatibilidade.
- B) identificar e avaliar preferencialmente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação da atividade; definir os limites da área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, as bacias hidrográficas limítrofes; considerar os planos e projetos governamentais e privados, propostos e em implantação na área de influência do projeto analisado, e sua compatibilidade.
- C) definir os limites da área de influência do projeto, considerando a bacia hidrográfica principal as bacias hidrográficas limítrofes; considerar os planos e projetos governamentais e privados, propostos e em implantação na área de influência do projeto analisado, e sua compatibilidade; ter, dentre seus objetivos a educação ambiental, a promoção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável devendo o empreendedor comprovar a realização de atividades de proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.
- D) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade; definir os limites da área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza; considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.
- E) obedecer rigorosamente aos Termos de Referência do Órgão Ambiental; definir os limites da área de influência do projeto, considerando a bacia hidrográfica principal e as bacias hidrográficas limítrofes; considerar os planos e projetos governamentais e privados, propostos e em implantação na área de influência do projeto analisado, e sua compatibilidade.

35. A fim de que sejam adotadas as providências cabíveis, os órgãos estaduais de meio ambiente deverão ser comunicados pelo transportador de produtos perigosos, com a antecedência mínima de:

- A) quarenta e oito horas de sua efetivação.
- B) quarenta e oito horas após sua efetivação.
- C) vinte e quatro horas de sua efetivação.
- D) quarenta e oito horas após o respectivo parecer técnico, assinado por todos os integrantes do CONAMA, com ciência do transportador.
- E) setenta e duas horas de sua efetivação.

36. De acordo com o Artigo 5º da Resolução CONAMA nº 237/97, compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:

- A) de qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou de qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
- B) localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União; localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais estados; cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais estados.
- C) destinados a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica.
- D) localizados ou desenvolvidos em mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal; localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no Artigo 2º da Lei nº 4.771/65, no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União.
- E) localizados ou desenvolvidos em mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal; localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no Artigo 2º da Lei nº 4.771/65, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais; cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios; delegados pela União aos estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.

37. De acordo com o Artigo 10 da Resolução CONAMA nº 237/97, o procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas, pela ordem:

- A) audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente; solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrente de audiências públicas; emissão de parecer técnico provisório; nova audiência pública; emissão de parecer técnico conclusivo e do parecer jurídico obrigatório; assinatura facultativa de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta; deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.
- B) emissão de termo de referência pelo órgão ambiental; audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente; solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrente da audiência pública; emissão de parecer técnico provisório; nova audiência pública; emissão de parecer técnico conclusivo e de parecer jurídico; assinatura facultativa de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta; deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.
- C) emissão de termo de referência pelo órgão ambiental; audiência pública; análise pelo órgão ambiental competente dos documentos, projetos e estudos apresentados e a realização de vistorias técnicas; requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, dando-se a devida publicidade; emissão de parecer técnico conclusivo e, obrigatoriamente, parecer do Ministério Público; assinatura obrigatória de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta; deferimento ou indeferimento do pedido de licença.
- D) definição pelo órgão ambiental dos documentos necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida; requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, dando-se a devida publicidade; análise pelo órgão ambiental dos documentos apresentados e realização obrigatória de vistorias técnicas; solicitação de esclarecimentos pelo órgão ambiental; audiência pública obrigatória; solicitação de esclarecimentos pelo órgão ambiental competente, decorrente de audiências públicas; emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico do Ministério Público; deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.
- E) definição pelo órgão ambiental dos documentos necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida; requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, dando-se a devida publicidade; análise pelo órgão ambiental dos documentos apresentados e realização de vistorias técnicas; solicitação de esclarecimentos pelo órgão ambiental; audiência pública, quando couber; solicitação de esclarecimentos pelo órgão ambiental competente, decorrente de audiências públicas; emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico; deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

38. De acordo com a Resolução CONAMA n° 237/97, no procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente:

- A) a outorga para o uso da água, emitida pelos órgãos competentes, a licença da Companhia de Abastecimento de Água ou do estado para o consumo previsto para aquele empreendimento ou atividade.
- B) a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo, a licença da Companhia de Abastecimento de Água ou do estado para o consumo previsto para aquele empreendimento.
- C) a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo, a licença da Companhia de Abastecimento de Água ou do estado para o consumo previsto para aquele empreendimento ou atividade.
- D) a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitida pelos órgãos competentes.
- E) a Licença ou Alvará da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo; a autorização do IBAMA para supressão de vegetação nativa, caso existente, a outorga para o uso da água, emitida pelos órgãos estaduais competentes, a licença da Companhia de Abastecimento de Água ou do estado para o consumo de água previsto para aquele empreendimento ou atividade e a licença da Companhia de Eletricidade ou do estado para o consumo de energia previsto para aquele empreendimento ou atividade.

39. De acordo com o Artigo 43 da Resolução CONAMA n° 264/00, que define procedimentos, critérios e aspectos técnicos específicos de licenciamento ambiental para o co-processamento de resíduos em fornos rotativos de clínquer, para a fabricação de cimento, os resíduos a serem recebidos pela unidade de mistura e/ou pela instalação responsável por sua utilização deverão ser previamente analisados para determinação de suas propriedades físico-químicas e registro das seguintes informações:

- A) a origem e a caracterização do resíduo; as análises técnicas efetuadas, com respectivos limites de ponto de fulgor e de tolerância, de acordo com as normas vigentes; e as análises de compatibilidade com outros resíduos e com outras substâncias.
- B) as análises técnicas efetuadas, com respectivos limites de tolerância e de ponto de fulgor, de acordo com as normas vigentes; e as análises de compatibilidade e incompatibilidade com outros resíduos.
- C) os métodos de amostragem e análise utilizados, com respectivos limites de tolerância; os parâmetros analisados em cada resíduo; e as análises de compatibilidade com outros resíduos.
- D) a origem e a caracterização do resíduo; os métodos de amostragem e análise utilizados, com respectivos limites de detecção, de acordo com as normas vigentes; os parâmetros analisados em cada resíduo; e incompatibilidade com outros resíduos.
- E) a origem e a caracterização do resíduo; as licenças ambientais da fonte de produção do resíduo; os métodos de amostragem e de análise utilizados; os parâmetros analisados em cada resíduo.

40. De acordo com o Artigo 1° da Lei n° 9.433/97 (Lei das Águas) a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), baseia-se nos seguintes fundamentos, dentre outros:

- A) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da PNRH; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes.
- B) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades e com o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos e com os Planos de Recursos Hídricos.
- C) a água é um bem de domínio público; a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.
- D) outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; cobrança pelo uso da água; princípio do usuário-poluidor-pagador.
- E) princípios da precaução, da prevenção e do usuário-poluidor-pagador.

41. De acordo com o Artigo 5° da Lei n° 9.433/97 (Lei das Águas) são instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH):

- A) os Planos de Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; a água como um bem de domínio público; o valor econômico da água.
- B) a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; a água como um bem de domínio público; o valor econômico da água; a gestão descentralizada da água.
- C) os Planos de Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; a compensação a municípios; o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.
- D) a água como um bem de domínio público; o valor econômico da água; a gestão descentralizada da água.
- E) a água como um bem de domínio público; o valor econômico da água; a gestão descentralizada da água; os princípios da precaução, da prevenção e do usuário-poluidor-pagador; o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

42. De acordo com o Artigo 12 da Lei nº 9.433/97 (Lei das Águas) estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos, dentre outros:

- A) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo; extração de água de aquífero subterrâneo para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural; aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
- B) lançamento em corpo de água de resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água; extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.
- C) aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; extração de água de aquífero subterrâneo para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural; lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- D) usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água; extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- E) usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água; extração de areia em um corpo de água para utilização na construção civil; lançamento em corpo de água de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua disposição final.

43. O ar é constituído por uma mistura de gases, sendo de vital importância para a sobrevivência da maioria dos organismos da Terra. Que gases são esses?

- A) Oxigênio, hidrogênio, gás carbônico, nitrogênio e clorofluorcarbono.
- B) Oxigênio, nitrogênio, dióxido de carbono, hélio, ozônio, hidrogênio, neônio e criptônio.
- C) Oxigênio, nitrogênio, dióxido de carbono, metano, hélio e neônio.
- D) Metano, gás carbônico, nitrogênio, oxigênio e gás sulfídrico.
- E) Oxigênio, nitrogênio, dióxido de carbono, metano, gás sulfídrico e vapor de água.

44. A camada de ozônio, que funciona como escudo protetor absorvendo parte dos raios ultravioletas, se acumula basicamente na:

- A) Troposfera.
- B) Mesosfera.
- C) Estratosfera.
- D) Termosfera.
- E) Exosfera.

45. Para tornar a água isenta de micro-organismos patogênicos, algas, cistos e amebas, adiciona-se normalmente na fase de desinfecção:

- A) cal viva.
- B) sulfato de alumínio.
- C) cloro.
- D) barrilha.
- E) cloreto de cálcio.

46. Tratamento biológico (aeróbio e anaeróbio), tratamento térmico (incineração e pirólise) e tratamento por classificação (reciclagem, compactação ou trituração e mista) se referem ao tratamento de:

- A) água.
- B) esgoto.
- C) resíduos sólidos.
- D) águas residuárias.
- E) águas pluviais.

47. Processo biológico, aeróbico e controlado, no qual a matéria orgânica é convertida pela ação de micro-organismos já existentes ou inoculados na massa de resíduo em composto orgânico. Este é um conceito de um processo de tratamento de resíduos sólidos. Assinale a alternativa abaixo que corresponde a esse conceito.

- A) Coprocessamento.
- B) Reciclagem.
- C) Compactação.
- D) Compostagem.
- E) Reaproveitamento.

48. O percentual de água encontrada normalmente no esgoto doméstico é aproximadamente de:

- A) 65,8%
- B) 70%
- C) 80%
- D) 99,9%
- E) 22%

49. Lugar onde os resíduos sólidos são dispostos de maneira que haja a utilização de técnicas de engenharia para o confinamento e para o monitoramento de produtos que possam ser nocivos ao meio ambiente, evitando assim o acúmulo de gases, líquidos e a proliferação de vetores. A esse conceito dá-se o nome de:

- A) aterro controlado.
- B) lixão.
- C) usina de reciclagem.
- D) aterro sanitário.
- E) usina de triagem.

50. São equipamentos onde ocorrem as seguintes operações numa Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), pela ordem: (1) a remoção de areia; (2) a remoção de sólidos em suspensão; (3) a oxidação da matéria orgânica; (4) a estabilização do lodo.

- A) Desarenadores; filtros analógicos; digestores anaeróbios e leitos de secagem.
- B) Aeradores; tanque de aeração; reatores biológicos e digestores anaeróbios.
- C) Decantadores; caixa de areia; tanque de aeração e reatores biológicos.
- D) Desarenadores; filtros de areia; emissários submarinos e digestores de lodos.
- E) Desarenadores; decantadores; filtros biológicos e leitos de secagem.

51. Dentre os óxidos de carbono, listados abaixo, produzidos pela poluição atmosférica industrial, o mais perigoso é:

- A) monóxido de carbono, devido à grande afinidade com a hemoglobina.
- B) peróxido de carbono, devido à sua relação com o câncer pulmonar.
- C) metano, devido a sua ligação com a clorofila.
- D) hidrogênio pela sua alta capacidade de reação e pela alta periculosidade.
- E) dióxido de carbono, devido à elevadíssima toxidez para os pulmões.

52. O indicador microbiológico de poluição hídrica mais empregado no Brasil e de acordo com a Portaria 36 do Ministério da Saúde, de 19/01/90 é:

- A) coliforme fecal.
- B) *taenia solium*.
- C) *vibrio cholerae*.
- D) *salmonella*.
- E) demanda química de oxigênio.

53. Uma grande concentração de nutrientes, principalmente compostos de nitratos e fosfatos na água, provoca um crescimento abundante de algas, produzindo efeitos danosos para o meio. Assinale a afirmativa abaixo que denomina esse fenômeno.

- A) Autodepuração.
- B) Eutrofização.
- C) Poluição aquática.
- D) Contaminação.
- E) Estratificação aquática.

54. A ingestão de água contaminada pode ser veículo de doenças como:

- A) esquistossomose, febre tifoide e escabiose.
- B) giardíase, cólera e hepatite A.
- C) febre amarela, malária e dengue.
- D) leptospirose, escabiose e enterobíase.
- E) hepatite B, enterobíase e giardíase.

55. São doenças associadas à falta de higienização com água:

- A) esquistossomose, leptospirose e escabiose.
- B) malária, ancilostomíase e dengue.
- C) leptospirose, escabiose e amebíase.
- D) salmonelose, tricuriase, ancilostomíase.
- E) hepatite B, ancilostomíase e giardíase.

56. De acordo com a Portaria 36 do Ministério da Saúde, de 19/01/90, em água não canalizada usada comunitariamente e sem tratamento (poços, fontes, nascentes, etc.), desde que não haja disponibilidade de água de melhor qualidade, 95% (noventa e cinco por cento) das amostras devem apresentar ausência de coliformes totais em 100 mL. Nos 5% (cinco por cento) das amostras restantes, serão tolerados:

- A) até 20 (vinte) coliformes totais em 100 (cem) mL, desde que isso não ocorra em duas amostras consecutivas.
- B) até 100 (cem) coliformes totais em 10 (dez) mL, desde que isso não ocorra em duas amostras consecutivas.
- C) até 100 (cem) coliformes totais em 10 (dez) mL, desde que haja uma desinfecção por cloro e iodo.
- D) menos que 5 (cinco) coliformes totais por 100/mL de amostra.
- E) até 10 (dez) coliformes totais em 100 (cem) mL, desde que isso não ocorra em duas amostras consecutivas.

57. No EIA/RIMA são apresentadas ações necessárias para evitar, minimizar ou compensar os impactos ambientais negativos do empreendimento, e aquelas que visam maximizar os impactos positivos. A este conceito dá-se o nome de:

- A) medidas mitigadoras.
- B) diagnósticos.
- C) prognósticos.
- D) programa de acompanhamento e monitoramento ambiental.
- E) PDA – Plano Diretor Ambiental.

58. O documento que resume de forma objetiva as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, elaborado em linguagem corrente, adequada à sua compreensão pelas comunidades afetadas é denominado de:

- A) PRAD – Plano de Recuperação de Área Degradada.
- B) RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.
- C) PCA – Plano de Controle Ambiental.
- D) AIA – Avaliação de Impacto Ambiental.
- E) EPIA – Estudo de Impacto Ambiental.

59. A sequência do tratamento clássico ou convencional de uma Estação de Tratamento de água (ETA) é de montante para jusante:

- A) sedimentação - filtração - desinfecção - coagulação - floculação.
- B) filtração biológica - desinfecção - eliminação química de não inertes - floculação - sedimentação.
- C) coagulação - floculação - sedimentação - filtração - desinfecção.
- D) desinfecção - filtração - decantação - floculação - perenização - estabilização.
- E) desinfecção - filtração - decantação - eliminação dos recalcitrantes - fluoretação - cloração.

60. Substâncias que se decompõem facilmente reintegrando-se à natureza. Sendo natural esse processo de reintegração, são chamados de substâncias:

- A) inertes.
- B) não inertes.
- C) perenes.
- D) recalcitrantes.
- E) biodegradáveis.